

## As regiões agrícolas na teoria do desenvolvimento desigual no espaço nacional

Fernando Campos Mesquita<sup>1</sup>

### Resumo:

A literatura sobre a relação entre agricultura e desenvolvimento econômico é bastante ampla, mas muito orientada para a escala nacional. A proposta deste artigo é levantar essa discussão no âmbito regional. Para isso, se analisou como as regiões agrícolas foram tratadas em teorias sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo no espaço nacional. Em que medida a agricultura levaria ao atraso da região no conjunto do país, ou, poderia ser uma oportunidade para desencadear um dinamismo econômico e, assim, contribuir para um padrão mais equilibrado de desenvolvimento? O objetivo foi apontar elementos centrais que foram utilizados para responder a essas questões. Foi feita uma análise em três correntes de pensamento do desenvolvimento desigual no espaço: no regionalismo de bem-estar social; na teoria do subdesenvolvimento; e no novo regionalismo. Discute-se cinco elementos: estrutura fundiária, efeitos de encadeamento, relações de poder, dimensão urbana e mudanças associadas com a ciência e tecnologia.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Desigual no Espaço; Desenvolvimento Econômico; Regiões Agrícolas.

### Abstract:

There is a significant literature about the relationship between agriculture and economic development, but it is highly oriented to the national scale. The paper proposes to bring this discussion to the regional scale. For this, it was analyzed how the agricultural regions were seen in spatial unequal development theories of national capitalism. In which measure the agriculture would create backward regions? Alternatively, could this activity be an opportunity to generate an economic dynamism and a more equilibrium in the development process? This paper aims to point out the central ideas that were used to answer these questions. It was analyzed three different lines of thought related to unequal spatial development: the welfare regionalism, the underdevelopment theory, and the new regionalism. Five aspects were studied: land structure, chain effects, power relations, urban dynamics, and changes related to science and technology.

**Key-words:** Spatial Unequal Development; Economic Development; Agricultural Regions.

**JEL Code:** R11; R12; Q16.

### XXIV Encontro Nacional de Economia Política

Artigo submetido às Sessões Ordinárias

ÁREA 6. Agricultura, espaço e meio ambiente no desenvolvimento capitalista

---

<sup>1</sup> Pós-doutorando em Política Científica e Tecnológica. Instituto de Geociências, UNICAMP. Bolsista pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) – Capes.

## Introdução

Existe uma ampla literatura sobre o potencial da agricultura<sup>2</sup> atuar como força motriz do desenvolvimento econômico. Seja no estudo dos benefícios e problemas da especialização em atividades intensivas em recursos naturais – no caso da agricultura, do uso de grandes extensões de terras férteis e condições climática favoráveis (BELLUZZO; FRISCHTAK; LAPLANE, 2014; BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2010); na defesa da agricultura como uma “janela de oportunidade” para agregação de valor e criação de novas capacitações tecnológicas na América Latina (ANDERSEN, 2011; PEREZ, 2010); nas funções macroeconômicas e estruturais que a agricultura exerce no desenvolvimento do capitalismo (ABRAMOVAY, 2012); em estudos históricos sobre a função que o aumento da oferta de alimentos desempenhou na Revolução Industrial (HOBSBAWM, 2013; MANTOUX, 1979); ou, nas funções que a agricultura exerceu no desenvolvimento econômico brasileiro (CASTRO, 1975), para ficarmos apenas em alguns exemplos.

O ponto é que muitos dos estudos sobre o processo de desenvolvimento econômico associado à agricultura são orientados para a escala nacional. A proposta deste artigo é levantar essa discussão no nível das regiões enquanto unidades subnacionais<sup>3</sup>. Defende-se a importância desse olhar particularizado uma vez que considerações feitas na escala nacional não podem ser automaticamente replicadas para outras escalas. As oportunidades e a dinâmica econômica das regiões e dos países são diferentes. As regiões não contam com “instrumentos formadores dos preços econômicos, do câmbio, dos juros e dos salários” (BRANDÃO, 2007, p. 184), o que leva a uma menor autonomia política; contam com maior mobilidade da mão de obra, pois as fronteiras internas dos países não se constituem como barreiras à migração (STORPER; SCOTT, 2009); apresentam mudanças mais intensas em termos de variação da renda per capita em intervalos históricos mais curtos (STORPER, 2013); e são mais susceptíveis a processos de especialização funcional da produção e do sistema de circulação (SANTOS, 2014).

Para analisar a dimensão regional do desenvolvimento econômico baseado na agricultura, o artigo buscou identificar como que as regiões agrícolas foram analisadas em diferentes correntes de pensamento vinculadas à teoria do desenvolvimento desigual no espaço nacional. Questiona-se: em que medida as regiões agrícolas seriam atrasadas no conjunto do país, ou, conseguiriam manter um dinamismo com a industrialização articulada à agricultura? Do ponto de vista das regiões, quais as consequências sociais, tecnológicas e políticas do crescimento da agricultura?

Para selecionar os eixos de pensamento utilizou-se a divisão proposta por Soja (2009). Esse autor apresenta diferentes doutrinas que analisaram o desenvolvimento desigual como instrumento de intervenção via planejamento regional. O elo com estudos voltados para as políticas regionais é

---

<sup>2</sup> A agricultura será utilizada como referência tanto à produção animal quanto vegetal.

<sup>3</sup> É importante essa distinção uma vez que a ideia de “região” também é utilizada para se referir a um conjunto de países.

justificado pela necessidade desses autores investigar se as regiões poderiam crescer a partir de uma economia agrícola ou precisariam de uma mudança estrutural e uma diversificação produtiva. Ao lidar com esse desafio, esses autores levantaram questões cuja análise é o foco deste artigo.

Foram feitas modificações na proposta de Soja (2009) – conforme será discutido no decorrer do artigo – para se chegar a uma reflexão da agricultura em três linhas de pensamento: no regionalismo de bem-estar social; na teoria do subdesenvolvimento; e no novo regionalismo. Nessa leitura, se apresentam quatro formas de associar dinâmica agrícola e regional: como regiões atrasadas (HIRSCHMAN, 1960; MYRDAL, 1960) e força inicial do crescimento (NORTH, 1959, 1966, 1977), no primeiro eixo; como regiões subdesenvolvidas (FURTADO, 1972, 2005, 2006), no segundo eixo; e como complexos produtivos territoriais, no terceiro eixo (PAGE, 1996; PAGE; WALKER, 1991). Cada eixo analisou um sistema agrícola particular: como uma atividade essencialmente primária, nos dois primeiros; e uma atividade altamente integrada com a indústria e a ciência, no terceiro. Esse é um ponto chave do estudo, pois na medida em que a agricultura incorpora novas tecnologias, sua forma de relação com a região se altera.

A partir da análise das doutrinas do desenvolvimento desigual, o objetivo do artigo é investigar os elementos centrais que foram utilizados para discutir a capacidade da agricultura promover o desenvolvimento econômico nas regiões. Cinco elementos são discutidos: estrutura fundiária, efeitos de encadeamento, relações de poder, dimensão urbana e a dimensão científica e tecnológica.

O artigo está dividido em mais quatro partes, além desta introdução. As três partes seguintes abordam as vertentes de pensamento associadas ao desenvolvimento desigual e suas respectivas considerações sobre as regiões agrícolas. Foi utilizado um método em que se busca apontar elementos gerais que caracterizam cada doutrina, da forma como Soja (2009) definiu, antes de analisar a agricultura. Nas considerações finais busca-se sistematizar as categorias de análise centrais das três doutrinas e como elas se particularizam na escala regional.

### **As regiões agrícolas na doutrina do regionalismo de bem-estar social**

Para Soja (2009), a primeira doutrina do planejamento regional que buscou teorizar sobre o desenvolvimento regional desigual surgiu na década de 1950<sup>4</sup>. Esse foi um contexto histórico marcado pela Guerra Fria, o crescimento da economia dos países industrializados e pelo Estado de bem-estar social (SOJA, 2009, p. 262). O período exigia esforços em aprimorar a eficiência

---

<sup>4</sup> Importante salientar que, embora seja a primeira doutrina articulada ao desenvolvimento desigual, essa não é a primeira doutrina do planejamento regional. Para Soja (2009), a primeira doutrina cresceu entre 1920 e 1950 buscando discutir as cidades industriais capitalistas como a causa central de problemas ambientais e urbanos. Essa doutrina defendia a descentralização urbana e a criação de cidades-jardins, que combinariam as vantagens do campo e da cidade, como formas de planejamento urbano-regional. Apesar de terem relevância na história planejamento, essa doutrina, como explica Soja (2009, p. 242), pouco teorizou sobre o desenvolvimento desigual. Desse modo, optou-se por não incluir os autores desse eixo no estudo.

administrativa e promover um crescimento mais equitativo e democrático. O grupo de autores que analisou o planejamento regional nessa conjuntura de desenvolvimento desigual foi denominada por Soja (2009) como “regionalismo<sup>5</sup> de bem-estar social”.

Esse eixo se inicia com estudos na linha da economia da localização, com a retomada dos trabalhos de Alfred Weber e Walter Christaller e os escritos de August Losch. Esses estudos analisaram questões como: a mobilidade; a localização mais eficiente das plantas industriais; e estratégias de redução de custos (FRIEDMANN; WEAVER, 1979, p. 95). No entanto, até então, pouca atenção era dada para a agricultura. Como afirmam Friedmann; Weaver (1979, p. 96), “*from the standpoint of urban-industrial development, agriculture appeared as an essentially passive sector that might receive the impact of the former but could not expected to generate its own dynamic growth*”.

No final dos anos de 1950, os estudos sobre o desenvolvimento desigual avançam com as teorias sobre o desenvolvimento polarizado. Ganha maior relevância o papel das grandes cidades e das forças de atração que exerciam sobre a atividade manufatureira. É representativo desse momento a ideia de indústria motriz e da formação de polos de crescimento (PERROUX, 1967, 1977).

Dois autores centrais da teoria da teoria do desenvolvimento polarizado foram Gunnar Myrdal e Albert Hirschmann<sup>6</sup> (FRIEDMANN; WEAVER, 1979). Myrdal (1960) propõe um modelo de causação circular com efeitos cumulativos, segundo ao qual, a integração entre regiões em diferentes níveis de desenvolvimento, comandada pelo jogo das forças de mercado, opera no sentido de acentuar continuamente a desigualdade.

A análise da agricultura no trabalho de Myrdal (1960, p. 41) está inserida em seu modelo de causação cumulativa, como uma característica das regiões atrasadas. Essa ideia fica clara na discussão dos resultados da integração regional na Itália, que apresenta uma divisão entre uma região industrial (Norte) e uma região agrícola (Sul). Segundo o autor,

como a industrialização é a força dinâmica nesse desenvolvimento, é quase tautológico afirmar que as regiões mais pobres permanecessem essencialmente agrícolas: o aperfeiçoamento dos mercados nacionais contribuirá mesmo (...) para desencorajar as primeiras iniciativas de diversificação industrial nas regiões agrícolas. Nas regiões atrasadas do sul da Europa, cerca de três quartos da população obtêm seus meios de vida da agricultura (MYRDAL, 1960, p. 41).

---

<sup>5</sup> Importante distinguir, na visão de Soja (2009), regionalização e regionalismo. O primeiro é um processo de formação das regiões, enquanto o segundo é a promoção de perspectivas regionais. O regionalismo é diretamente atrelado a questões de governança, administração, regulação e contratos sociais que influenciam na transformação do ambiente natural (SOJA, 2009, p. 260).

<sup>6</sup> Dado o recorte estabelecido no artigo, não coube um estudo mais aprofundado da teoria desses dois autores. Uma abordagem completa sobre o pensamento de Myrdal e Hirschmann foi feita por Lima; Simões (2009).

Posição semelhante sobre a agricultura se encontra no trabalho de Hirschman (1960). Para compreender esse autor é importante diferenciar a ideia de cadeia retrospectiva – atrelada à capacidade do sistema econômico em suprir, através da produção interna, *inputs* indispensáveis a uma determinada atividade – e cadeia prospectiva – associada à capacidade da atividade em suprir novos *inputs* para outras atividades (HIRSCHMAN, 1960, p. 155-156). Para Hirschmann (1961), a agricultura é deficiente em ambos os tipos de encadeamentos. No primeiro, apesar de reconhecer que o uso de métodos modernos pode levar às compras externas de sementes, fertilizantes e inseticidas, Hirschman (1961, p. 169) defende que quanto mais primitivas forem as atividades “mais verdadeiramente primárias serão”. No segundo, o efeito da agricultura também é limitado, pois, de um lado, é majoritariamente voltada para o autoconsumo e, por outro, quando voltada para o setor agroindustrial, produz produtos de baixo valor agregado. Segundo Hirschman (1961), a superioridade da manufatura em gerar efeitos em cadeia é “esmagadora. Talvez seja este ainda o mais importante motivo que milita contra qualquer especialização total da produção primária nos países subdesenvolvidos” (HIRSCHMAN, 1960, p. 169).

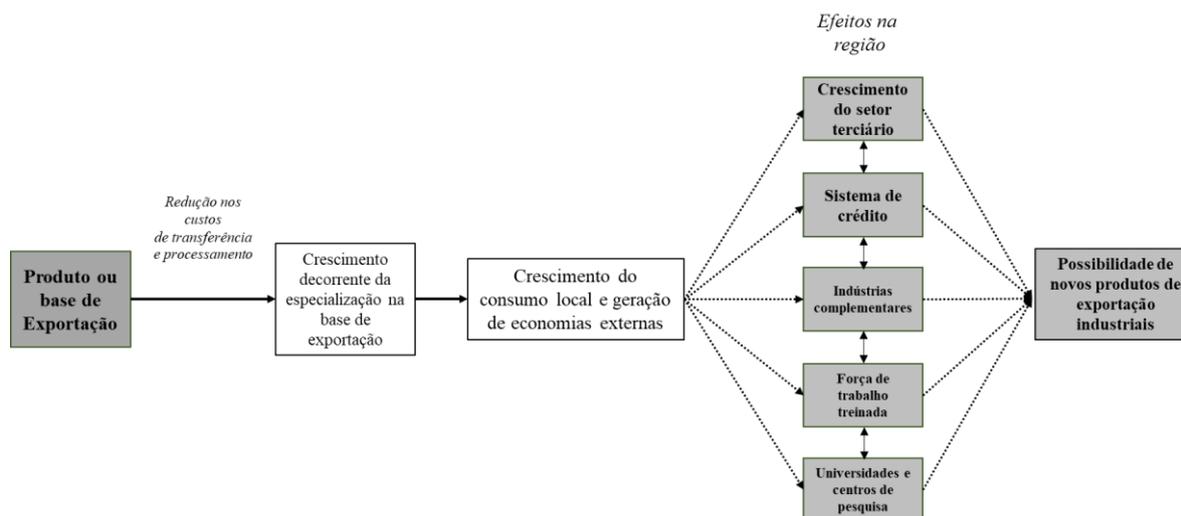
O autor dessa primeira doutrina, que apresentou posição distinta sobre o potencial da agricultura no desenvolvimento regional, foi Douglas North (NORTH, 1959, 1966, 1977). A análise de North (1977) tem como ponto de partida uma crítica à teoria de estágios que as regiões percorrem no curso de sua evolução<sup>7</sup>. North (1977) argumenta que esse tipo de modelo não explica o processo histórico de formação das regiões que foram colonizadas como empreendimentos capitalistas, que se integram à divisão nacional do trabalho movidas por atividades comercializadas para fora da região. A teoria do desenvolvimento regional de North (1959, 1966) está pautada nas mudanças que ocorrem a partir do crescimento dessas atividades, que são entendidas como produto ou base de exportação<sup>8</sup>. A figura 1 apresenta um esquema simplificado do modelo da base de exportação.

---

<sup>7</sup> Essa linha, baseada em Hoover; Fisher (1949) caracteriza o processo de desenvolvimento regional em cinco estágios: o primeiro pauta-se em uma agricultura de subsistência e autossuficiente; em um segundo momento, com a melhoria no sistema de transporte, a região desenvolve algum tipo de comércio e especialização; o aumento do comércio leva a um terceiro estágio definido pelo crescimento da agricultura; na medida em que a agricultura apresenta rendimentos decrescentes, a região é forçada a se industrializar, entrando, assim, em um quarto estágio; por fim, o quinto estágio, está relacionado ao crescimento dos serviços, momento, em que, a região passa a exportar capital, mão de obra qualificada e serviços sofisticados (NORTH, 1977, p. 293-294).

<sup>8</sup> North (1977) utiliza o termo “produto de exportação” para se designar um artigo individual e “base de exportação” para designar os produtos de exportação de forma coletiva. O produto ou a base de exportação podem se constituir de bens primários, secundários ou terciários.

**Figura 1.** Modelo da base de exportação de Douglas North



Fonte: Org. pelo autor a partir de North (1977)

Em um momento inicial, a base de exportação cresce em decorrência da dotação de recursos naturais, que garante uma vantagem comparativa à atividade produtiva. O crescimento da base de exportação repercute na região levando à melhoria do sistema de transporte e da capacidade de processamento, o que reduz os custos de produção e favorece a especialização. Na medida que a economia da região cresce tem-se a criação de um mercado consumidor que parcialmente será atendido por indústrias locais. Ao mesmo tempo, aprimoram-se as atividades terciárias, o sistema de crédito, de treinamento da força de trabalho e o sistema de ensino e pesquisa. Como consequência, a região, cuja competitividade antes dependia de uma base de recursos naturais, passa a se articular com um sistema econômico produzido na região.

Diferentemente da teoria dos estágios que coloca a industrialização como uma etapa necessária posterior à agricultura, North (1977) trata esse processo como uma possibilidade. O autor discute quatro formas de industrialização: o crescimento de indústrias relacionadas ao processamento de matéria-prima; crescimento de indústrias de equipamentos e maquinários agrícolas; de indústrias que produzem para o consumo local; e indústrias que podem surgir ao acaso na região.

North (1966) distingue dois sistemas produtivos da agricultura enquanto base de exportação: um, pautado por grandes propriedades, e, outro, pautado por pequenas e médias propriedades. Uma agricultura de *plantation*, intensiva em trabalho, induz um alto nível de desigualdade da renda na região e cria uma estrutura social em que a maior parte da população consome insumos básicos alimentícios e de necessidades simples, enquanto um estrato social de alta renda consome artigos de luxo importados. Poucos estímulos à diversificação produtiva emergem nesse contexto. Ademais, North (1966, p. 5) argumenta que os grandes produtores tendem a ser relutantes quanto ao uso de recursos para o sistema de ensino e pesquisa na medida em que não enxergam retornos diretos desses

investimentos. Isso diminui a qualificação da mão de obra na região e os próprios efeitos de encadeamento, pois limitam as atividades que poderiam surgir a partir do sistema de universidades. O segundo sistema agrícola, pautado na pequena produção familiar e com maior distribuição de renda, tende a criar uma demanda para um número maior de bens e serviços, induzindo, o crescimento de novas atividades econômicas. Nesse caso, a população da região também tende a ser mais consciente da função da pesquisa e do ensino como um mecanismo de melhorias na posição relativa da produção<sup>9</sup>.

Douglas North avança em relação aos trabalhos iniciais da doutrina de regionalismo de bem-estar social, sobretudo ao apresentar diferentes trajetórias e influências da agricultura no desenvolvimento regional. Além de reconhecer a capacidade de encadeamentos industriais, o autor enfatiza pontos como a infraestrutura e atividades de ensino e pesquisa. As limitações desse eixo se encontram na análise das regiões que não alcançam um desenvolvimento por meio da agricultura. Essa questão aparece como central no segundo eixo.

### **As regiões agrícolas na teoria do subdesenvolvimento**

Segundo Soja (2009), apesar do pioneirismo, a vertente do regionalismo de bem-estar social enfrenta questionamentos nas décadas de 1970 e 1980<sup>10</sup>. Uma das principais críticas foi feita no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), trazendo a necessidade de uma reflexão mais apurada sobre a dinâmica econômica e social das regiões periféricas. A ideia é que essas regiões não são apenas atrasadas, mas subdesenvolvidas<sup>11</sup>. Como demonstrou Frank (1969), o subdesenvolvimento não é o resultado da ausência de capitalismo, de relações pré-capitalistas e feudais, mas é um fenômeno associado ao desenvolvimento do capitalismo.

Soja (2009) não classifica a escola cepalina e as teorias do subdesenvolvimento como uma nova doutrina do planejamento regional. Entende-se as razões do autor uma vez que a questão

---

<sup>9</sup> Sobre o papel da qualificação de mão de obra na trajetória de diversificação regional é importante destacar a relação entre a teoria da “base de exportação” de North (1977) e de “trabalho novo” de Jacobs (1969) feita no estudo de Lima; Simões (2009). Como esses autores colocam: “no decorrer do processo de crescimento econômico, através da adição de novo trabalho na economia, é essencial que os produtos internos passem a ser exportados e que novos produtos sejam criados para o mercado interno. Ou seja, adicionar novo trabalho é fundamental para criar e re-criar economias; economias que não criam novas atividades e novos tipos de bens e serviços não conseguem se desenvolver, pois é somente assim que o trabalho se diversifica e se expande”.

<sup>10</sup> Soja (2009) apresenta três tipos de questionamentos à doutrina do regionalismo de bem-estar social: os efeitos limitados junto ao planejamento para redução das disparidades regionais; a estratégia apoiada nos polos de desenvolvimento (PERROUX, 1977), que, com frequência, agravava o desequilíbrio urbano e regional; e pela evidência de que o planejamento dependia de um certo grau de controle de decisões tanto públicas quanto privadas, algo pouco viável de se implantar na conjuntura política que se criava (SOJA, 2009, p. 264).

<sup>11</sup> Sobre esse ponto é ilustrativa a afirmação de Rodriguez (2009, p. 79–80): “As economias subdesenvolvidas não são simplesmente ‘atrasadas’, qualificativo muitas vezes atribuído àquelas que se mantêm sem grandes mudanças, supostamente devido ao peso de certos fatores extra-econômicos ou que se consideram ligados à precariedade da estrutura social e/ou institucional, ou ainda à raça ou à religião. Ao contrário, o subdesenvolvimento é visto como um modo de ser específico de certas economias, que como tal merece um esforço de teorização também específico”.

regional não era o centro dessas análises<sup>12</sup>. Mas, para os propósitos deste artigo, esse será o segundo eixo de pensamento dada a importância que a discussão sobre a agricultura assume na análise do desenvolvimento desigual.

A análise mais conhecida da agricultura na teoria do cepalina e do subdesenvolvimento diz respeito à estrutura centro-periferia e ao intercâmbio no comércio internacional, destacando-se os estudos de Prebisch (2000) sobre a deterioração dos termos de intercâmbio e a crítica à teoria das vantagens comparativas do comércio internacional<sup>13</sup>. Mas, para o estudo proposto, o foco será no trabalho de Celso Furtado, devido sua ênfase na escala regional. Como coloca Diniz (2009, p. 236), Furtado pode ser visto como primeiro autor a articular fundamentos da estrutura produtiva com “desenvolvimento regional e com a formação de estruturas subdesenvolvidas”.

Para fins de recorte, será utilizada como referência as considerações de Celso Furtado sobre a região Nordeste<sup>14</sup>. Isso será feito em dois sentidos: na forma de compreender a reprodução do processo de subdesenvolvimento em sintonia ao crescimento agrícola; e nas orientações políticas referentes ao papel que a agricultura poderia ter no desenvolvimento da região.

No tocante à relação entre agricultura e subdesenvolvimento, entende-se que a análise de Celso Furtado se fundamenta em quatro pilares: a estrutura fundiária; as relações de trabalho; a dimensão técnica; e capacidade de criar economias complementares. Esses elementos devem ser considerados tanto de forma individual quanto combinadas. O método adotado para abordar o pensamento de Furtado (1972, 2006, 2007) parte da identificação das categorias-chaves que o autor levanta; a busca pela explicação para analisar essas categorias no estudo do complexo canavieiro nordestino; e as implicações na região, que, no caso, leva ao engessamento das estruturas produtivas. Esse quadro de relações deve ser compreendido em acordo com a forma de inserção das regiões em uma divisão internacional do trabalho. A figura 2 busca esquematizar essa análise.

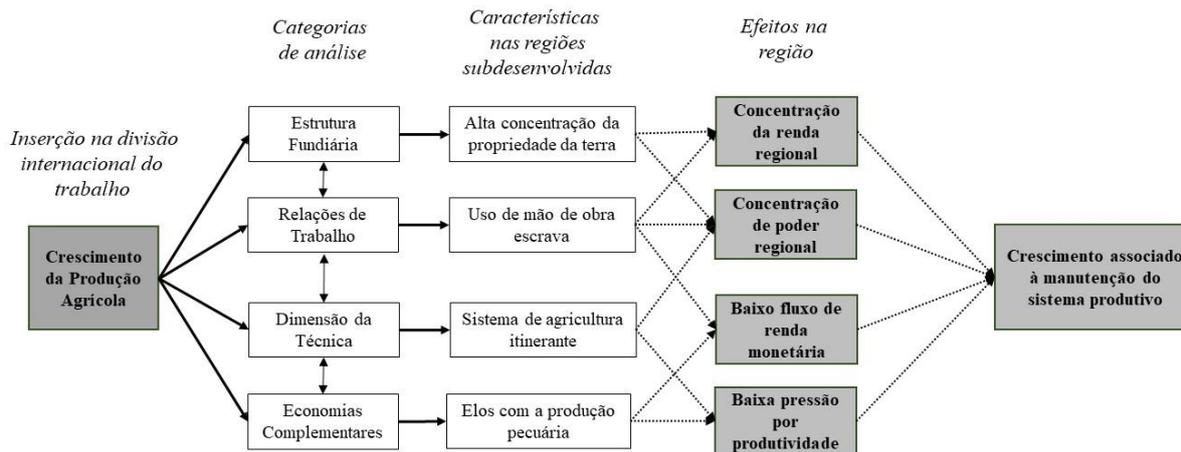
---

<sup>12</sup> É importante, no entanto, destacar que os autores dessa linha reconhecem as desigualdades regionais como uma das características principais do subdesenvolvimento.

<sup>13</sup> Ressalta-se também a análise dos enclaves agrícolas de Cardoso; Faletto (2004). As economias de enclave se constituem como sistemas que se formam na periferia por meio da integração com o centro, via expansão de atividades exportadoras (agrícolas ou minerais), cujo setor moderno se constitui como mero prolongamento tecnológico e financeiro das economias centrais. O enclave agrícola, diferente do enclave mineiro, se caracteriza por um alto emprego de mão de obra não qualificada, fazendo existir baixa pressão pela elevação dos salários, pela possibilidade de pouca concentração de capital e o aumento da ocupação de terras diante da modernização da economia (CARDOSO, FALETTO, 2004, p. 65-66).

<sup>14</sup> Essa opção de recorte, ao mesmo tempo em que permite aprofundar em caso específico, acaba por deixar de lado considerações importantes de Celso Furtado sobre outros casos, como a região cafeeira de São Paulo e a Pampa úmida argentina.

**Figura 2.** Esquema da relação entre agricultura e subdesenvolvimento em Celso Furtado



Fonte: Org. própria a partir de Furtado (1972; 2006)

Na relação entre agricultura e subdesenvolvimento, a estrutura fundiária é caracterizada pela alta concentração da propriedade da terra. De uma forma geral, “o regime latifundiário tem sua origem no fato de que as terras foram inicialmente doadas em grandes quantidades a um número limitado de pessoas, que passaram a controlar, limitar e penalizar o acesso às mesmas” (FURTADO, 2007, p. 130). Tomando como referência o caso do Nordeste nos séculos XVI e XVII, adiciona-se a essa condição o processo de formação de capital no complexo canavieiro. Furtado (1972, p. 97) demonstra que a instalação da empresa agromercantil dependia de uma alta escala produtiva e capacidade financeira, o que fez com que apenas uma classe economicamente poderosa assumisse a produção.

Dois efeitos se desdobram da concentração fundiária. De um lado, a concentração do poder político e econômico regional (CANO, 2010, p. 24). Como afirma Furtado (1972, p. 98), “é no controle da propriedade da terra que essa classe dirigente encontrará o instrumento poderoso que lhe permitirá conservar o monopólio do poder”. De outro lado, em uma sociedade essencialmente agrícola, a concentração da propriedade implica na concentração da renda (FURTADO, 1972, p. 106).

A concentração fundiária se constitui como uma força de imobilidade na medida em que homens livres que se dedicaram a desbravar as terras e produzir excedentes para as populações dos engenhos, no geral, “não alcançavam a propriedade efetiva da terra, pois esta já havia sido concedida a membros da classe dirigente, os quais sempre tinham em vista utilizá-la na grande lavoura de exportação ou na pecuária” (FURTADO, 1972, p. 98). Esse processo é um fator de limitação da formação de economias complementares, pois dificulta ensaios de diversificação da agricultura e a mantém dependente das flutuações da empresa agromercantil.

Uma segunda categoria discutida por Celso Furtado está nas relações de trabalho pautadas pela escravidão. Em um primeiro momento, o crescimento agrícola induz a caça ao indígena para ser utilizado como mão-de-obra escrava ou semiescrava; em uma segunda fase, esse sistema se articula

ao uso da mão-de-obra escrava africana (FURTADO, 1972). Dada essa situação, o crescimento demográfico se realizava sem que a formação de um fluxo de renda monetário (FURTADO, 2006, p. 85). Por um lado, isso limita a formação do mercado interno, pois o fluxo de renda se estabelecia entre a empresa agromercantil e o exterior. Por outro, fortalece a concentração de renda, que se converte quase em sua totalidade para o empresário, e a concentração do poder.

No que concerne à dimensão técnica, a produção agrícola se caracteriza por um sistema rudimentar e itinerante. A forma de produzir refere-se a “sequência da derrubada, queimada, cultivo do solo durante dois ou três anos e seu abandono, subsequente à espera de que se forme uma capoeira que o regenere em dez ou mais anos” (FURTADO, 2007, p. 135). Com efeito, o aumento da oferta ocorre em função da expansão da fronteira, tendo baixos rendimentos físicos da mão-de-obra (CANO, 2010). Essa baixa densidade técnica da agricultura se combina com as relações de trabalho escravistas na medida em que a produção agrícola dependia de um alto volume de mão de obra passível de ser explorada para realização do trabalho no campo (FURTADO, 1972, p. 95).

Importante destacar o contraponto que Furtado (1972) faz ao pensamento de Schultz (1964). Esse autor distingue o potencial de crescimento econômico da agricultura moderna e da tradicional<sup>15</sup>. Para Schultz (1964, p.15), um país que depende da agricultura tradicional é inevitavelmente pobre; mas, quando a agricultura se transforma em uma atividade moderna, ela se torna uma fonte de crescimento econômico. Furtado (1972, p. 108-109) defende uma possibilidade de crescimento via agricultura tradicional. Isso é possível devido à ampla disponibilidade de recursos naturais (terras férteis) e mão-de-obra, que faz com que a rentabilidade das empresas não dependa da ampliação da produtividade. A tecnologia não se constitui, portanto, como obstáculo ao crescimento desse sistema, mas sim a ausência de mão-de-obra ou a queda no mercado externo. Essa forma de produção, porém, tem efeitos perversos nas regiões na medida que “imobiliza quantidades consideráveis de terras e perpetua técnicas agrícolas rudimentares, ademais de implicar em crescente destruição de recursos naturais” (FURTADO, 1972, p. 92).

O quarto elemento de análise refere-se à escassez de economias complementares. Além dos pontos mencionados, havia a questão da alta rentabilidade dos investimentos da economia açucareira, que fazia com que os empresários não desviassem fatores de produção para outras atividades (FURTADO, 2006). Essa é uma economia com alto coeficiente de importação de bens de consumo e

---

<sup>15</sup> Na definição de Schultz, por agricultura tradicional, entende-se um sistema produtivo em que: “1) O estado dos conhecimentos permanece constante; 2) o estado das preferências e dos motivos para manter e adquirir as fontes de renda permanece constante; 3) ambos esses estados permanecem constantes durante tempo suficiente para que as preferências e os motivos marginais para obtenção de fatores agrícolas como fontes de renda cheguem a um equilíbrio com a produtividade marginal dessas fontes, vistas como um investimento em correntes de renda permanente, e com as economias líquidas aproximando-se de zero” (SCHULTZ, 1965, p. 40). Nessa definição, a agricultura tradicional não se refere a um sistema ineficiente ou determinado por valores culturais, mas a um sistema com baixa produtividade marginal do trabalho. A agricultura moderna, por outro lado, se caracteriza por um sistema produtivo que supera essas três condições se tornando uma atividade altamente dinâmica.

de capital (CANO, 2010, p. 29). Componentes centrais do sistema produtivo são externos à região e ao próprio país.

A economia complementar mais relevante foi a pecuária. Essa atividade se divide em duas formas: uma, voltada para o fornecimento de carnes e animais de tração para a empresa agromercantil; outra, voltada para a subsistência, fechada em si mesma (FURTADO, 1972, p. 95-96). Mesmo o lado que mantinha relações externas utilizava-se de técnicas rudimentares e um sistema itinerante. Apesar de se constituir como uma nova atividade, a pecuária também pouco contribuía para o aumento do fluxo monetário. “Enquanto na região açucareira dependia-se da importação de mão-de-obra e equipamentos simplesmente para manter a capacidade produtiva, na pecuária o capital se repunha automaticamente sem exigir gastos monetários de significação” e a mão de obra crescia de forma vegetativa (FURTADO, 2006, p. 102).

Outro escopo de análise da agricultura em Celso Furtado se encontra na abordagem sobre o planejamento regional (FURTADO, 1984, 2005, 2009). No caso, o autor avança na discussão do papel que a agricultura poderia desempenhar para minimizar os problemas econômicos e sociais da região Nordeste.

No relatório do Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) (FURTADO, 2005), embora o eixo central esteja na defesa da industrialização como mecanismo de diversificação do sistema produtivo regional, destaca-se que, entre as quatro diretrizes básicas do plano, três são vinculadas a mudanças na agricultura<sup>16</sup>. Furtado (2005) defende que uma região com escassez de terras aráveis e elevada densidade demográfica, como o Nordeste, não pode alcançar um alto nível de renda por meio do setor exportador agrícola. Segundo Furtado (2005, p. 75),

a elevação da renda se traduz em grande aumento da procura de alimentos, o que, *per si*, já representa forte pressão sobre os recursos de terra. Ora, sendo escassos tais recursos, dificilmente poderá conciliar esse aumento da pressão interna com uma maior exportação de produtos agrícolas.

A agricultura no Nordeste deveria ser transformada para ampliar a oferta local de alimentos. Essa medida seria central para permitir a industrialização, pois garantiria o abastecimento dos centros urbanos. É importante, nesse contexto, a proposta de reforma agrária de Furtado (2009). O autor divide o Nordeste três sub-regiões: caatinga, agreste e zona da mata. Na caatinga, área que predomina a pecuária e apresenta condições naturais adversas, a estrutura fundiária deveria ser organizada em

---

<sup>16</sup> São as seguintes diretrizes: “transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada; transformação progressiva da economia das zonas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e torna-la mais resistente ao impacto das secas; e deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida (FURTADO, 2005, p. 38).

propriedades médias, que permita uma economia de alta produtividade e alta renda. No agreste, deveria se aglutinar pequenas propriedades de modo a permitir um incremento da produção. Na zona da mata, região do latifúndio açucareiro, deve se buscar uma forma de uso mais racional que permita, ao mesmo tempo, ampliar a produtividade da cana-de-açúcar e inibir as forças de especialização, induzindo propriedades alimentícias na região (FURTADO, 2009, p. 62-66).

Se no modelo da base de exportação a agricultura pode conduzir uma trajetória de diversificação e sofisticação produtiva, Furtado (1972; 2006) discute uma situação oposta, em que o sistema econômico articulado à agricultura tem pouca capacidade de transformação. Não se trata de um atraso, nos mesmos moldes de Hirschmann (1960) e Myrdal (1960), já que a agricultura pode induzir o crescimento econômico, mas de um processo de subdesenvolvimento que leva ao engessamento de uma sociedade com elevada concentração de renda, de poder e baixa mobilidade social. Essa sociedade, fundada com base na agricultura, prescinde de uma mudança nessa atividade para ser transformada.

### **As regiões agrícolas na doutrina do novo regionalismo**

Para Soja (2009), uma nova doutrina do planejamento regional, ainda em formação, começa nos anos de 1980. O contexto histórico muda induzindo a reestruturação do Estado, aumento da competitividade e a fragmentação das regiões. Noções como flexibilidade e a difusão de políticas e ideologias neoliberais se tornam centrais (SOJA, 2009, p. 266). A análise da forma de inserção das regiões em uma divisão espacial do trabalho se mantém, mas, ao invés de focar na integração ao mercado nacional analisa-se, com maior vigor, a inserção na globalização. Nesse contexto, a análise do desenvolvimento desigual no capitalismo enfatiza as forças de aglomeração em um contexto de redução dos custos de transporte e de difusão das tecnologias de informação (SCOTT et al., 2001). A doutrina que tem analisado o planejamento regional nesse contexto foi definida por Soja (2009) como “novo regionalismo”.

Existe uma inversão em relação às teorias locacionais que iniciaram o regionalismo de bem-estar social. Ao invés de se pensar a estrutura de distribuição de fatores previamente existente nas regiões como determinantes da localização, defende-se que a atividade produtiva tem a capacidade de criar novos espaços econômicos (STORPER; WALKER, 1991). A ideia é que evolução produtiva e espacial se combinam de forma a impulsionar a competitividade das empresas. A região passa a ser protagonista do desenvolvimento econômico na medida em que cria condições favoráveis para o progresso tecnológico e o fornecimento contínuo de mão-de-obra qualificada (STORPER, 1997).

O novo regionalismo, com alta influência da escola da regulação (BOYER, 2010), se orientou para a explicação das mudanças espaciais decorrentes da passagem do regime fordista para a

acumulação flexível, tendo como ênfase indústrias de semicondutores e microeletrônica no Vale do Silício (SAXENIAN, 1994; STORPER, 1997).

O esforço de trazer o aparato analítico do novo regionalismo para a agricultura foi feito principalmente por autores que estudaram o processo de desenvolvimento regional do Meio Oeste dos Estados Unidos (PAGE, 1996; PAGE; WALKER, 1991) e da zona agrícola da Califórnia (FITZSIMMONS, 1986; WALKER, 2004, 2001).

Esses estudos são realizados em um novo momento da agricultura. Entre 1933 a 1970, tem-se uma revolução tecnológica nessa atividade nos Estados Unidos (COCHRANE, 1993). Com o aumento no preço dos alimentos decorrente do período de guerra, muitos produtores conseguiram ampliar o crédito e financiar a aquisição de novas tecnologias. Isso acarreta no uso de novas tecnologias mecânicas, com o aperfeiçoamento de tratores e outros maquinários agrícolas; tecnologias biológicas, com o surgimento de novas variedades; tecnologias químicas associadas ao uso de fertilizantes, como o nitrogenado, e controle de pragas; tecnologias na alimentação e controle de doenças animais (COCHRANE, 1993, p. 126–129). Como isso, tem-se uma mudança estrutural na agricultura cujo crescimento passa a ser altamente articulado com a indústria.

O ponto central de análise da agricultura no novo regionalismo está no desenvolvimento regional pautado na interdependência entre agricultura e indústria, que os autores definem como agro-industrialização (PAGE; WALKER, 1991; WALKER, 2004). Esse sistema, com alta capacidade de geração de efeitos de encadeamento, de fortes laços com a pesquisa e conhecimento científico e dependência de mão de obra qualificada requer formas mais avançadas de organização urbana e regional. Defende-se que, assim como em outras áreas da industriais – por exemplo, a indústria automobilística e microeletrônica –, a agro-industrialização pode criar complexos produtivos territoriais (STORPER; WALKER, 1991). A questão está em discutir as particularidades desses complexos territoriais produzidos a partir de uma base agrícola.

Um trabalho chave nesse eixo foi feito por Page; Walker (1991). Como ponto de partida, esses autores criticam a imprecisão das teorias tradicionais em explicar o desenvolvimento regional do Meio-Oeste dos Estados Unidos. Entre os estudos analisados, merece destaque a crítica feita ao modelo da base de exportação<sup>17</sup>. Segundo Page; Walker (1991), o uso desse modelo no Meio-Oeste leva ao entendimento da produção de grãos como a base de exportação e o Sul e o Nordeste dos EUA como mercados consumidores. O problema, segundo os autores, é que as demais regiões do EUA tinham certa autossuficiência na produção de alimentos, o que reduzia a necessidade de importações do Meio-Oeste. Uma segunda imprecisão do modelo está no pressuposto de que a especialização na

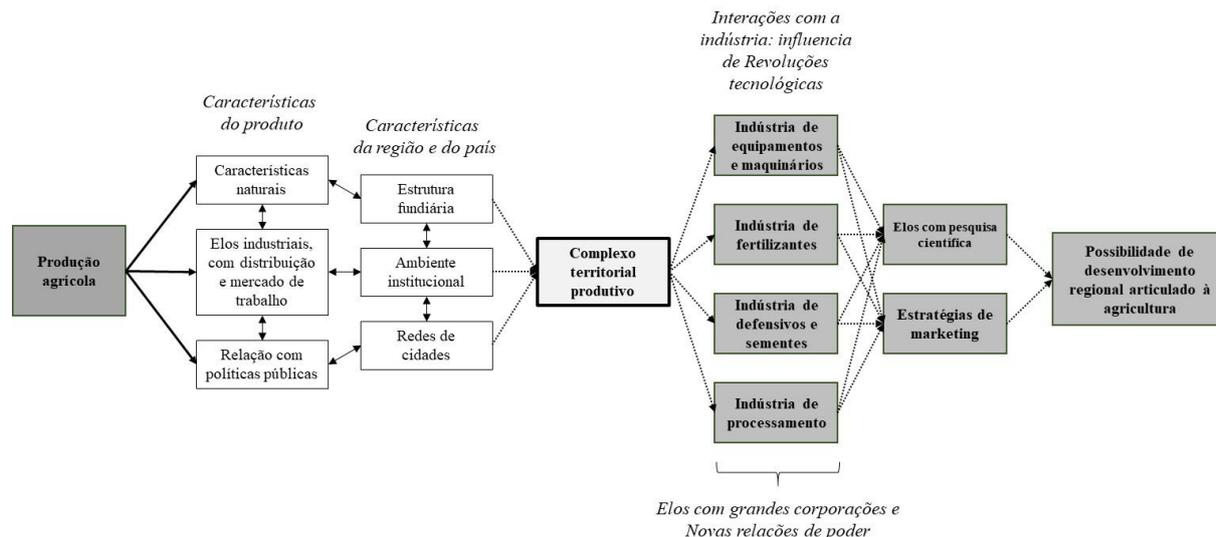
---

<sup>17</sup> As outras teorias que Page; Walker (1991) apresentam como inadequadas para explicar o desenvolvimento regional do Meio-Oeste são a teoria dos lugares centrais, que tem em Walter Christaller o autor principal; o modelo da causação circular de Gunnar Myrdal; e o modelo do take-off, em que W. W. Rostow é o autor central.

agricultura ocorreria na medida em que os custos de transporte se reduzissem. Esse processo não ocorreu. O que houve foi um crescimento conjunto da atividade agrícola e manufatureira. Isso faz com que os autores afirmem que não se trata de pensar a agricultura como uma pré-condição do crescimento industrial, mas analisar como que a expansão agrícola depende de uma correlação com a indústria. Uma terceira limitação está na negligência com o papel das cidades no desenvolvimento regional. A ausência das cidades no modelo acaba por deixar de lado uma demanda criada pelos centros urbanos por bens industriais que antecede àquela relacionada com a base de exportação. Uma quarta crítica dos autores está na distinção que North (1977) faz entre o comércio para intra-regional e inter-regional. Ambos se configuram como importantes e não existe uma fronteira histórica que divide um do outro. Por último, e, na visão de Page; Walker (1991), a maior lacuna do modelo da base de exportação, está no fato de ser um modelo orientado pela demanda e induzido por vantagens comparativas ao invés de estar articulado com as revoluções tecnológicas que redefinem a agricultura e a indústria. Regiões como o Meio-Oeste se desenvolvem com essas revoluções. Nesse contexto que o sistema de cidades e produtivo se constroem. Considera-se essa última observação central por duas razões: por articular o desenvolvimento da agricultura às mudanças tecnológicas; e por associar a análise na escala regional e nacional.

A partir dessas considerações, os autores desse eixo propõem uma forma diferenciada de pensar as implicações da agricultura na região. Entende-se que essa proposta se fundamenta em dois grandes campos de análise: de um lado, as características do produto agrícola, da região e do país; de outro, as características do sistema produtivo e dos processos de inovação. O complexo territorial se constitui como uma forma de integrar no espaço esses dois campos e articulá-los a processos de desenvolvimento regional. A figura 3 representa esse esquema.

**Figura 3.** Esquema do desenvolvimento das regiões agrícolas no terceiro eixo



Fonte: Org. própria a partir de Page; Walker (1991); Page (1996) e Walker (2004)

Iniciando pelas características do produto agrícola, destaca-se que além de pensar da relação entre agricultura e região, de uma forma ampla, é essencial reconhecer a particularidade de cada produto agrícola. Page (1996) aponta três aspectos que justificam essa análise setorial. Em primeiro lugar, cada planta ou animal tem seu próprio ritmo de reprodução e crescimento; cada um depende de um manejo específico que varia conforme questões de tamanho, peso, forma, durabilidade e perecibilidade (PAGE, 1996, p. 384). Em segundo, cada produto tem uma forma particular de articulação com os fornecedores (por exemplo, dependência de um tipo de maquinário e de insumo químico) e de processamento industrial. Essas diferenças se aprofundam nas estratégias de *marketing*, na distribuição, nas relações de trabalho e nas próprias relações de poder que operam no âmbito da cadeia – algo que se evidencia nas estratégias de integração das empresas. Uma terceira forma de diferenciação remete à forma de implantação das políticas. A política agrícola se diferencia em termos de regiões e de produtos, o que exige um tratamento particular em relação ao escopo nacional. Com base nessas três formas, Page (1996) reforça que não existe um padrão único de agro-industrialização e desenvolvimento regional, mas uma multiplicidade de vias e possibilidades.

Um segundo aspecto está nas características da região. Assim como os eixos anteriores, Page; Walker (1991) consideraram a estrutura fundiária baseada no trabalho familiar do Meio-Oeste como central para o desenvolvimento regional. Mas, além disso, outros fatores de âmbito institucional foram importantes como a segurança no título de propriedade e a ausência na figura do *landlord*, que, respectivamente, garantiam estabilidade e maior renda para os produtores agrícolas. De um lado, isso favoreceu o investimento em insumos agrícolas e bens de consumo, como utensílios domésticos, garantindo o crescimento do mercado interno da região, de outro lado, favoreceu a própria formação de um comportamento capitalista.

Um das principais contribuições desse eixo, em relações aos anteriores, está em aprofundar na discussão sobre a função das cidades no desenvolvimento das regiões agrícolas<sup>18</sup>. Page; Walker (1991) criticam o que consideram uma ênfase exagerada do novo regionalismo em aglomerações e regiões metropolitanas, deixando de lado a importância de cidades de médio e pequeno portes. As regiões agrícolas se desenvolvem junto a um aprofundamento da divisão do trabalho entre campo-cidade e entre cidades conformando uma rede urbana. Além de funcionarem como mercado para a produção alimentícia, as cidades são importantes para o desenvolvimento agrícola na medida em que propiciam maior acessibilidade às fazendas; fornecem uma intermediação com o capital mercantil e com a mão-de-obra; e favorecem a formação habilidades específicas para o trabalho no campo (PAGE; WALKER, 1991, p. 302-303).

Um terceiro campo de análise remete a como as diversas formas de interação que a agricultura cria – com a indústria, serviços e outras atividades agrícolas – transformam as regiões. Walker (2004), destaca os laços com a produção de sementes, maquinários (tanto para o uso nas fazendas quanto nas agroindústrias), sistemas de irrigação, fertilizantes, defensivos (para insetos e plantas daninhas) e com a alimentação animal. Todos esses segmentos criam elos com atividades de pesquisa, tendo variadas formas de articulação com as universidades<sup>19</sup> e com centros públicos e privados de pesquisa. Essas interações envolvem não apenas mudanças tecnológicas, mas novas relações de poder, que passam a se concentrar em grandes corporações – por exemplo, a Monsanto, Dupont e Syngenta – que controlam o sistema produtivo (WALKER, 2004).

A associação entre regiões agrícolas e o desenvolvimento desigual é aprofundada no estudo de Page (1996). Para o autor esse processo deve ser pensando em dois momentos. Nos estágios iniciais, em que a natureza se constitui como uma barreira difícil de se superar, seja em relação à biologia, que interfere no tempo crescimento das plantas e de gestação dos animais; seja na relação com o solo, relevo e com o clima. Essa dependência reduz o tempo de trabalho e desacelera a circulação do capital, limitando a geração de mais-valia. No entanto, apesar de existirem barreiras, isso não significa que o capital não migre para a agricultura. O comportamento do empresariado é o mesmo de outras atividades, buscando revolucionar os métodos produtivos para ampliar a extração de mais-valia. Com efeito, na medida em que a região se desenvolve, cria-se uma nova fase em que o dinamismo da agricultura gradativamente deixa de ser limitado por condições naturais e passa a depender de inovações tecnológicas, organizacionais e de marketing. Nessas condições, tem-se uma possibilidade de produzir processos mais sofisticados de desenvolvimento regional.

---

<sup>18</sup> Importante destacar que essa ideia já havia sido trabalhada por Jacobs (1969). Essa autora demonstrou que a produtividade rural se fundamenta na produtividade da cidade. O crescimento da agricultura, para Jacobs (1969) depende da incorporação de bens e serviços produzidos nas cidades. Nessa linha, a agricultura moderna surge a partir de um conjunto de inovações que são criadas nas cidades e transferidas para o campo.

<sup>19</sup> Walker (2004, p. 156) usa como exemplo o papel da Universidade de Berkeley e a Universidade da Califórnia, Davis, que, em parceria com produtores locais da Califórnia, desenvolveram de novas linhas de plantas e de animais

## Considerações finais

Ao se transferir o debate sobre a agricultura e desenvolvimento econômico para a escala regional, algumas considerações continuam em sintonia com a análise no âmbito nacional. Frischtak; Belluzzo (2014, p. 10) afirmam que “o impacto econômico da abundância de recursos naturais nos países não está dado a priori, na medida em que nenhum país está necessariamente acorrentado ao passado”. O mesmo pode ser dito para a escala regional. Dependendo da forma com a agricultura se organiza ela pode levar ao atraso ou ao dinamismo das regiões. O que muda são as causas e como os elementos atuam de forma distinta nas regiões.

Primeiro, a estrutura fundiária. No âmbito das regiões, cuja extensão territorial é menor, as terras agricultáveis disponíveis são, por consequência, menores. Desse modo, a organização da propriedade da terra se torna um fator de maior impacto. Em todos os eixos, pequenas e médias propriedades são vistas como favoráveis por criar um mercado mais diversificado, o que potencializa as economias complementares locais. Grandes propriedades, na medida em que concentram a renda, reduzem esse mercado. Ademais, quando alinhadas a técnicas precárias, limitam também o mercado de insumos.

Segundo, os efeitos de encadeamento. Se, nas análises iniciais do primeiro eixo, o argumento para dizer que a agricultura limitaria o desenvolvimento econômico foi sua incapacidade de gerar efeitos de encadeamento, esse processo muda com as revoluções tecnológicas e a articulação com o setor industrial. Nesse contexto, a agricultura passa a ter potencial de gerar elos “para frente” e “para trás” e de criar um complexo territorial produtivo. Por um lado, esse é um fator de impulso na medida em que o complexo estiver inserido na própria região, por outro, pode ter efeitos reduzidos se os efeitos em cadeia forem externos à região.

Terceiro, as relações de poder. Dada a maior especialização produtiva das regiões em comparação com os países, a capacidade das forças econômicas levar a uma concentração de poder é mais elevada no nível regional. Esse tema foi tratado com maior vigor no segundo eixo, em que se defende que a formação de elites e grupos de interesses regionais dificultam a adoção de estratégias e políticas de diversificação produtiva. No terceiro eixo, destaca-se o poder que grandes corporações assumem no controle do sistema produtivo, reduzindo a autonomia das regiões no tocante a questões decisórias.

Quarto, a dimensão urbana. Esse elemento, pouco presente em análises que focam a escala nacional, aparece como central nas regiões, sobretudo, nos autores do terceiro eixo. A presença de cidades capazes de abrigar centros universitários – que atuam na formação de mão-de-obra e pesquisa –, centros de pesquisa e indústrias, fortalece a mudança da agricultura na região para um setor moderno criador de novas tecnologias. Em regiões menos dinâmicas, a presença de cidades facilita a

expansão da agricultura pela oferta de serviços básicos e mão-de-obra. A ausência de cidades ou deficiência da rede urbana tende limitar o desenvolvimento agrícola.

Quinto, o progresso científico e tecnológico. Diferentes formas de tecnologias que pautam a agricultura induzem diferentes configurações regionais. A teoria de base de exportação coloca o progresso tecnológico e as articulações com as universidades como centrais para um salto qualitativo da região. No segundo eixo, uma das causas fundamentais do subdesenvolvimento está no uso de técnicas rudimentares que fazem com o que o crescimento da produção dependa da disponibilidade de recursos naturais e mão de obra. No terceiro eixo, a pesquisa científica e tecnológica, além de propiciar o aumento da produção e ampliar o domínio sobre a natureza, favorece o desenvolvimento regional por potencializar as interações entre produtores e pesquisadores e fazer com que a pesquisa científica esteja orientada para demandas locais.

## Referências

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2012.
- ANDERSEN, A. D. **A learning perspective on the role of natural resources in economic development: scrutinizing the resource curse**. 9th Globelics Conference. Anais... Buenos Aires: 2011.
- BELLUZZO, L. G. D. M.; FRISCHTAK, C.; LAPLANE, M. **Produção de Commodities e Desenvolvimento Econômico**. Campinas: Unicamp: Instituto de Economia, 2014.
- BOYER, R. **Teoria da regulação: os fundamentos**. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.
- BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Doença holandesa. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. (Ed.). **Doença holandesa e indústria**. São Paulo: Editora FGV, 2010. p. 207–230.
- CANO, W. Furtado: A Questão Regional e a Agricultura Itinerante no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 5, n. 7, p. 23–51, 2010.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina : ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CASTRO, A. B. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. São Paulo: Forense, 1975.
- COCHRANE, W. W. **The development of American agriculture: a historical analysis**. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 1993.
- DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**, v. 19, n. 2, p. 227–249, 2009.
- FITZSIMMONS, M. the New Industrial Agriculture : the Regional Integration of. **Economic Geography**, v. 62, n. 4, p. 334–353, 1986.
- FRANK, A. G. **Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil**. New York, London: Monthly Review Press, 1969.
- FRIEDMANN, J.; WEAVER, C. **Territory and function: the evolution of regional planning**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1979.
- FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

- FURTADO, C. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 4, n. 3, p. 5–14, 1984.
- FURTADO, C. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. In: SYDRIÃO, A. J. J. (Eds.). **Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005. p. 31–116.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FURTADO, C. **A economia latino-americana : formação histórica e problemas contemporâneos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, C. A operação Nordeste. In: FURTADO, R. A. (Ed.). **O Nordeste e a Saga da Sudene**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. p. 29–72.
- HIRSCHMAN, A. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.
- HOBSBAWM, E. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Gen, 2013.
- HOOVER, M.; FISHER, L. Research in Regional Economic Growth. **Problems in the study of Economic Growth**, v. I, p. 173–250, 1949.
- JACOBS, J. **The Economy of Cities**. New York: Vintage Books, 1969.
- LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. **Textos para Discussão Cedeplar-UFMG**, p. 33, 2009.
- MANTOUX, P. **A revolução industrial no século XVIII: estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra**. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.
- MULLER, G. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. **Revista de Economia Política**, n. 6, p. 47–77, 1982.
- MYRDAL, G. **Teoria econômica das regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Textos de Economia Contemporânea, 1960.
- NORTH, D. C. Agriculture in Regional Economic Growth. **Journal of Farm Economics**, v. 41, n. 5, p. 943–951, 1959.
- NORTH, D. C. **The economic growth of the United States, 1790-1860**. Englewood Cliffs, NJ: Norton, 1966.
- NORTH, D. C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Ed.). **Economia regional: textos escolhidos**. [s.l.] Cedeplar, 1977. p. 291–313.
- PAGE, B. Across the Great Divide: Agricultural and Industrial Geography. **Economic Geography**, v. 72, n. 4, p. 376–397, 1996.
- PAGE, B.; WALKER, R. From Settlement to fordism: The Agro-industrial revolution in the American Midwest. **Economic Geography**, v. 67, n. 4, p. 281–315, 1991.
- PEREZ, C. Technological dynamism and social inclusion in Latin America: a resource-based production development strategy. **CEPAL Review**, v. 100, p. 121–141, 2010.
- PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.
- PERROUX, F. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Ed.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/ Rede Minter, 1977. p. 145–156.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Ed.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RODRIGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Edusp, 2014.
- SAXENIAN, A. **Regional advantage**: culture and competition in Silicon Valley and Route 128. Cambridge, London. Harvard University Press, 1994.
- SCHULTZ, T. **Transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- SCOTT, A. J.; AGNEW, J.; SOJA, E. STORPER, M. Cidades-regiões globais. **Espaços e Debates**, v. 41, p. 11–25, 2001.
- SOJA, E. Regional Planning and Development Theories. In: THRIFT, N.; KITCHIN, R. (Eds.). **International Encyclopedia of Human Geography**. Elsevier, 2009. p. 259–270.
- STORPER, M. **The Regional World**: Territorial Development in a Global Economy. Nova Iorque e Londres: Guilford Press, 1997.
- STORPER, M. **Keys to the City**: How Economics, Institutions, Social Interaction, and Politics Shape Development. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2013.
- STORPER, M.; SCOTT, A. J. Rethinking human capital, creativity and urban growth. **Journal of Economic Geography**, v. 9, n. 2, p. 147–167, 2009.
- STORPER, M.; WALKER, R. **The Capitalist Imperative**: Territory, Technology and Industrial Growth. New York: Basil Blackwell, 1991.
- WALKER, R. **The conquest of bread**: 150 years of agribusiness in California. New York, London: New Press, 2004.
- WALKER, R. A. California's Golden Road to Riches: Natural Resources and Regional Capitalism, 1848 – 1940. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 91, n. 1, p. 167–199, 2001.